

Programa Movimento Keka Bagno 2026

Deputada Distrital

Apresentação

Brasília vive uma encruzilhada. De um lado, um projeto que transforma direitos em mercadoria, entrega o patrimônio público à iniciativa privada, desmonta os serviços públicos e governa para poucos. Do outro, milhares de pessoas que, todos os dias, resistem, cuidam umas das outras e seguem lutando por uma cidade mais justa, democrática e humana.

Nos últimos anos, o Distrito Federal aprofundou um modelo de desenvolvimento que privilegia a especulação imobiliária, a privatização dos bens públicos, a concentração de renda e o abandono das políticas sociais. Enquanto o governo favorece grandes interesses econômicos, cresce a fila da saúde, da assistência social, falta vaga em creches, o transporte público continua caro e precário, aumenta a violência contra as mulheres, o racismo e a LGBTfobia seguem produzindo exclusão, e a crise climática ameaça nossas águas, nosso Cerrado e nossa qualidade de vida.

Não acreditamos que esse seja um caminho inevitável.

Nossa candidatura nasce da certeza de que a política pode voltar a servir ao povo. De que a Câmara Legislativa precisa ser ocupada por quem conhece a realidade das periferias, das mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, dos povos de terreiro, das protetoras de animais, das trabalhadoras e trabalhadores e de todas as pessoas que constroem o Distrito Federal, mas raramente são prioridade nas decisões do poder. Em mais de 35 anos de CLDF, foram eleitos 124 parlamentares, dos quais apenas 18 eram mulheres, o que representa 14,5% do total de pessoas eleitas ao longo da história da Casa.

Minha trajetória não foi construída nos gabinetes. Foi construída nas ruas, nos territórios, nos conselhos, nas ocupações, nas escolas, nos hospitais, nos CRAS, nos CREAS e ao lado de quem enfrenta diariamente a violação de direitos. Como assistente social, mestre em Políticas Públicas, ex conselheira tutelar e coordenadora da Comissão de

Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa, aprendi que não existe transformação sem organização popular e sem coragem para enfrentar os privilégios.

É dessa experiência que nasce esta plataforma de atuação parlamentar.

Ela não foi escrita por uma única pessoa. É fruto do diálogo com movimentos sociais, organizações populares, pesquisadoras e pesquisadores, artistas, lideranças comunitárias, profissionais das políticas públicas, coletivos culturais, ambientais, feministas, antirracistas e de direitos humanos, que compartilham o sonho de reconstruir Brasília a partir da justiça social e do Bem-Viver.

Nossa atuação na Câmara Legislativa será orientada por três compromissos permanentes: legislar para ampliar direitos, fiscalizar com independência o Governo do Distrito Federal e fortalecer a participação popular nas decisões políticas. Um mandato que não se limitará ao plenário, mas que estará presente nos territórios, ouvindo, mobilizando e transformando as demandas da população em ação política.

Vivemos um tempo em que a extrema direita tenta naturalizar o ódio, atacar a democracia, criminalizar os movimentos sociais e retirar direitos históricos das mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIA+, dos povos indígenas, dos povos de terreiro e da classe trabalhadora. Não responderemos com medo nem com silêncio. Responderemos com organização popular, solidariedade, participação social e compromisso com um projeto de sociedade baseado na dignidade humana.

Nossa política não é a política dos privilégios! É a política do cuidado. Do transporte público de qualidade. Da saúde pública fortalecida. Da educação inclusiva. Da moradia digna. Da proteção do Cerrado e das águas. Da cultura viva. Da defesa dos animais. Do combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia e à intolerância religiosa. Da valorização do serviço público e das pessoas que fazem o DF existir todos os dias.

Este documento reúne as prioridades que orientarão nossa atuação parlamentar. Não é um programa fechado, mas um compromisso vivo com a construção coletiva de um Distrito Federal mais justo, democrático, sustentável e solidário.

Porque Brasília não pode continuar sendo governada para poucos.

É hora de construir uma cidade que pertença a todas e todos, pois nossa luta tem candidatA!

Eixos Programáticos

❖ **FEMINISMO Combate ao feminicídio e à violência contra a mulher**

Construir um Distrito Federal mais justo passa, necessariamente, por garantir que mulheres e meninas possam viver com dignidade, autonomia e livres de todas as formas de violência. As desigualdades de gênero se expressam na sobrecarga do trabalho de cuidados, na violência doméstica e política, na desigualdade salarial, no racismo, na LGBTfobia e na dificuldade de acesso a direitos fundamentais.

Nossa atuação parlamentar será orientada pela defesa intransigente da vida das mulheres, pelo fortalecimento da rede pública de proteção e pela construção de políticas permanentes de igualdade de gênero.

- Implementar as recomendações da CPI do Feminicídio, fortalecendo a prevenção, a proteção e a responsabilização dos agressores.
- Ampliar e fortalecer a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo equipes suficientes e atendimento humanizado.
- Defender a criação e a expansão de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, especialmente nas regiões com maior demanda.
- Fortalecer os Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDs), o PROVID e os demais serviços especializados.
- Garantir acessibilidade em toda a rede de atendimento, incluindo intérpretes de Libras e atendimento adequado às mulheres com deficiência.
- Criar mecanismos de denúncia, investigação e punição administrativa para combater a incitação ao ódio e à violência contra mulheres nas redes, garantindo apoio às vítimas e remoção célere de conteúdos ilegais, nos termos da legislação federal.
- Lutar pela aprovação do PL da Misoginia no Congresso Nacional
- Aprovação do PL Distrital do Cuidado que está em tramitação na CLDF por iniciativa da Keka.
- Defender políticas de geração de trabalho, renda e qualificação profissional para mulheres, especialmente chefes de família e com deficiência.
- Fortalecer programas de proteção social e acolhimento para mulheres em situação de violência.
- Implementar e ampliar políticas públicas de cuidado, reconhecendo o trabalho realizado principalmente pelas mulheres.

- Defender direitos previdenciários e mecanismos de valorização do trabalho de cuidado.
- Garantir o acesso à saúde integral a todas as mulheres em todas as fases da vida.
- Lutar contra qualquer retrocesso na legislação do aborto legal
- Defender o cumprimento da legislação referente ao atendimento às vítimas de violência sexual e ao aborto legal.
- Ampliar o acesso ao planejamento reprodutivo, aos métodos contraceptivos e à educação em saúde sexual e reprodutiva.
- Criar pacto distrital de prevenção ao feminicídio
- Fortalecer ações educativas de prevenção às violências de gênero nas escolas.
- Promover políticas de enfrentamento ao assédio e à violência contra mulheres nos espaços públicos e no transporte coletivo.
- Incentivar campanhas permanentes de combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia.
- Desenvolver políticas específicas para mulheres trans, negras, indígenas, quilombolas, periféricas, com deficiência, idosas, migrantes e em situação de rua.
- Garantir políticas de enfrentamento às violências sofridas por mulheres trans, lésbicas e bissexuais, assegurando atendimento sem discriminação em toda a rede pública.

❖ **ANTIRRACISMO: DF é solo preto e indígena**

Brasília foi construída sobre territórios ancestrais indígenas e pela força do trabalho de milhares de mulheres e homens negros que ergueram a capital. No entanto, a história oficial preteriu este mesmo grupo social. O racismo estrutural seguiu determinando quem tem acesso à cidade, aos direitos, ao orçamento público e aos espaços de poder.

O antirracismo deve orientar todas as políticas públicas do Distrito Federal. Isso significa enfrentar as desigualdades raciais, combater o racismo institucional e religioso, proteger os territórios tradicionais e garantir que a população negra, indígena, quilombola e os povos de terreiro participem da construção das decisões que impactam suas vidas.

- Instituir uma política transversal de combate ao racismo institucional em todos os órgãos do GDF, com metas, indicadores, orçamento e formação permanente das servidoras e dos servidores públicos.
- Reconhecer e preservar os lugares de memória da população negra e indígena, fortalecer manifestações culturais periféricas e tradicionais e garantir apoio às

expressões culturais afro-brasileiras e dos povos originários como patrimônio vivo do Distrito Federal.

- Atuar institucionalmente em defesa da demarcação e da proteção dos territórios indígenas, apoiando os processos de reconhecimento territorial, combatendo especulação imobiliária e garantindo políticas públicas específicas para os povos indígenas que vivem no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), em articulação com os órgãos competentes.
- Propor uma política permanente de reconhecimento, regularização fundiária, proteção patrimonial e preservação ambiental dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, garantindo segurança jurídica aos terreiros e reconhecendo-os como patrimônios culturais, religiosos, sociais e ambientais do Distrito Federal.
- Instituir um protocolo distrital de enfrentamento ao racismo religioso, com atendimento especializado às vítimas, proteção às lideranças ameaçadas, monitoramento dos casos de intolerância religiosa e fortalecimento dos mecanismos de responsabilização como complementação da Lei 7226/2023.
- Fortalecer o Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial e criar o Conselho Distrital dos Povos e Comunidades Tradicionais do DF
- Criar, por meio de emendas parlamentares em parceria com a sociedade civil, o Laboratório Distrital de Inovação Antirracista, uma política permanente para desenvolver soluções de enfrentamento ao racismo institucional, estrutural e religioso nos serviços públicos do Distrito Federal. O Laboratório lançará editais participativos para selecionar e financiar iniciativas de servidoras e servidores públicos, universidades, movimentos sociais, povos indígenas, povos de terreiro, coletivos periféricos e organizações da sociedade civil.
- Além do financiamento, os projetos poderão receber apoio técnico da UnDF, monitoramento e avaliação, permitindo que as experiências exitosas sejam transformadas em políticas públicas permanentes e replicadas em diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, cultura, segurança pública e gestão pública, fortalecendo uma administração comprometida com a equidade racial, a inovação e os direitos humanos.
- Implantar um Observatório da Igualdade Racial a partir dos dados produzidos.
- Garantir a fiscalização da implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, fortalecendo a formação de educadores, valorizando a história e a cultura afro-brasileira e indígena e combatendo todas as formas de discriminação nas escolas.

- Fortalecer políticas específicas de saúde, enfrentando o racismo institucional, valorizando os saberes tradicionais e promovendo o diálogo entre o SUS e os povos indígenas e de terreiro, respeitando suas práticas de cuidado.

❖ **AMBIENTAL: Adaptação climática combatendo as desigualdades ambientais**

O Distrito Federal vive uma disputa entre dois projetos: um que transforma o território em mercadoria, impulsionado pela especulação imobiliária, e outro que coloca a vida, a água e o Cerrado em primeiro lugar. Defendemos a proteção dos parques, do Parque Nacional de Brasília, das unidades de conservação e das áreas de preservação ambiental, enfrentando a expansão imobiliária sobre áreas estratégicas. A Serrinha do Paranoá simboliza essa luta e deve permanecer protegida como patrimônio ambiental, produtor de água e biodiversidade.

Nossa atuação será guiada pela justiça climática, pela justiça social, pelo Bem-Viver e pelo ecossocialismo. A crise climática aprofunda as desigualdades e atinge com mais força as periferias, as mulheres, a população negra, os povos tradicionais e quem vive do trabalho no campo. Por isso, defender o Cerrado, as águas e os parques é defender o direito à cidade, à saúde e ao futuro.

Brasília não está à venda! Nosso território deve ser planejado para proteger a vida, e não os interesses da especulação imobiliária. Cada nascente preservada, cada parque protegido e cada árvore plantada representam um compromisso com as próximas gerações.

- Fiscalizar a implementação do Plano Distrital de Adaptação às Mudanças Climáticas, priorizando as regiões mais vulneráveis.
- Ampliar a arborização das cidades, propor leis para recuperar áreas verdes, implantar jardins de chuva, parques lineares e soluções baseadas na natureza para reduzir enchentes e ilhas de calor.
- Fortalecer brigadas comunitárias de prevenção e combate aos incêndios florestais, com investimento permanente em formação, equipamentos e monitoramento.
- Proteger as nascentes, córregos e bacias hidrográficas do Distrito Federal, recuperando áreas degradadas e combatendo a contaminação dos recursos hídricos.
- Defender o Parque Nacional de Brasília, os parques distritais, as unidades de conservação e todas as áreas ambientalmente estratégicas contra a especulação imobiliária.

- Defender a preservação definitiva da Serrinha do Paranoá como território de proteção das águas, da biodiversidade e do Cerrado.
- Garantir a regularização fundiária dos assentamentos rurais, comunidades tradicionais e territórios produtores de alimentos, conciliando segurança jurídica com preservação ambiental.
- Defender os territórios indígenas Bananal, Santuário dos Pajés e Aldeia Areme Eia, assegurando seus direitos territoriais, culturais e ambientais.
- Combater a grilagem de terras públicas e toda forma de ocupação ilegal que destrua áreas ambientalmente protegidas.
- Criar um Plano Distrital de Enfrentamento ao Racismo Ambiental para reduzir as desigualdades entre o Plano Piloto e as demais Regiões Administrativas como complemento à Lei Complementar nº 1.061/2025, que institui a Política Distrital de Arborização Urbana e de Combate às Desigualdades Ambientais.
- Priorizar investimentos em saneamento, drenagem, arborização, áreas verdes e infraestrutura ambiental nas periferias e ARIS.
- Garantir que a adaptação climática beneficie primeiro quem hoje sofre mais com enchentes, calor extremo e falta de infraestrutura.
- Lutar pela aprovação do PL de climatização das escolas públicas, para o bem-estar dos estudantes e servidores da educação.
- Fortalecer a agricultura familiar e a produção agroecológica por meio de assistência técnica, crédito, compras públicas e incentivo às feiras.
- Proteger as áreas produtoras de água e alimentos, valorizando quem produz alimentos saudáveis e preserva o Cerrado.
- Incentivar circuitos curtos de comercialização e políticas públicas de segurança alimentar.
- Mobilidade para enfrentar a crise climática
- Defender o transporte público de qualidade como política ambiental e de combate às desigualdades.
- Ampliar a infraestrutura ciclovária e promover cidades caminháveis.
- Lutar por Tarifa Zero como instrumento de justiça social e redução das emissões de gases de efeito estufa.
- Fortalecer as cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, garantindo infraestrutura, remuneração digna e contratação pelo poder público.
- Cobrar a responsabilização e a reparação integral dos danos causados pelo lixão de Padre Bernardo, protegendo as populações atingidas e os recursos hídricos.
- Incentivar políticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.

❖ **DIREITOS HUMANOS: Proteção às populações vulneráveis**

Keka Bagno construiu sua trajetória na defesa dos direitos humanos a partir da atuação nos territórios, como assistente social e na luta cotidiana contra as desigualdades. Com atuação na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da CLDF, Keka esteve ao lado de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade e comunidades que enfrentam violações de direitos. Essa trajetória se conecta à história do PSOL no Distrito Federal: um partido que escolheu estar ao lado de quem luta, defender os serviços públicos, enfrentar o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo e a violência do Estado e transformar a indignação popular em organização e política pública.

Na CLDF, Keka quer ampliar essa luta: direitos humanos não podem ser privilégio de poucos, devem ser política de Estado para todas e todos!

- Fortalecer CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e demais equipamentos da rede de proteção.
- Ampliar a fiscalização das políticas públicas e dos equipamentos de atendimento à população.
- Criar um Observatório Distrital de Violações de Direitos Humanos, com dados públicos e atualizados.
- Fortalecer canais de denúncia, acolhimento e encaminhamento de violações.
- Garantir orçamento específico para políticas de direitos humanos.
- Criar editais participativos para apoiar iniciativas comunitárias de promoção dos direitos humanos.
- Fortalecer os conselhos e espaços de participação social
- Garantir formação permanente dos servidores públicos em direitos humanos

Juventude

A juventude, especialmente a juventude negra, periférica e LGBTQIA+, precisa de oportunidades, mas também de proteção contra a violência, o racismo e a exclusão.

- Criar Observatório Distrital de Direitos da Juventude, construído com participação direta dos jovens.
- Fortalecer políticas de cultura, esporte, lazer, ciência, tecnologia e formação profissional nas diferentes RAs.
- Fomentar o programa distrital de primeiro emprego e trabalho digno para a juventude, articulando formação e inserção profissional.

- Ampliar as políticas de saúde mental para adolescentes e jovens, com atendimento territorial e interdisciplinar.
- Fortalecer as políticas de prevenção à violência contra a juventude negra e periférica, enfrentando o racismo institucional e a violência policial.
- Criar espaços públicos de convivência, cultura e participação política da juventude nas RAs.
- Ampliar a participação juvenil nas decisões sobre orçamento e políticas públicas do DF.

População em Situação de Rua

- Pela revogação da Lei nº 7.923, de 17 de julho de 2026, que instituiu o PL da Carrocinha Humana.
- Implementar no DF uma política baseada no princípio de Moradia Primeiro, garantindo moradia como ponto de partida para a reconstrução da autonomia.
- Ampliar e humanizar os serviços de acolhimento, garantindo privacidade, segurança, acessibilidade e respeito à diversidade.
- Combater a criminalização e a retirada compulsória de pessoas em situação de rua dos espaços públicos.
- Lutar por políticas de acesso à documentação, saúde, assistência social, educação, qualificação profissional e geração de renda.
- Criar um programa distrital de trabalho digno e economia solidária para a população em situação de rua.
- Garantir atendimento especializado para pessoas LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência, idosos e famílias em situação de rua.
- Fortalecer as equipes de Consultório na Rua.
- Ampliação dos Centros POP.
- Garantir espaços adequados para guarda de pertences, higiene, alimentação e cuidados com animais de estimação.
- Criar mecanismos permanentes de participação da população em situação de rua na formulação e fiscalização das políticas públicas.

DF sem capacitismo

- Criar o Plano Distrital de Inclusão e Acessibilidade, com metas, orçamento e fiscalização.
- Garantir acessibilidade física, comunicacional e digital em todos os equipamentos públicos do DF.

- Ampliar a oferta de tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade nos espaços públicos de cultura, lazer, educação e saúde.
- Fortalecer a educação inclusiva, com profissionais e condições adequadas para estudantes com deficiência e doenças raras.
- Garantir formação permanente dos servidores públicos para atendimento humanizado e anti capacitista.
- Criar políticas de inserção profissional e geração de renda para pessoas com deficiência.
- Fortalecer a fiscalização do cumprimento das normas de acessibilidade no transporte público, espaços públicos e serviços.
- Garantir participação efetiva das pessoas com deficiência na elaboração das políticas que lhes dizem respeito.
- Fortalecer mecanismos de denúncia e resposta rápida para situações de capacitismo e violação de direitos.

LGBT+

- Fortalecer a rede de enfrentamento à LGBTfobia e à violência contra pessoas LGBTQIA+.
- Garantir atendimento humanizado e livre de discriminação em saúde, assistência social, educação, emprego e segurança pública.
- Criar políticas específicas para a população trans e travesti, com acesso a trabalho, renda, educação, saúde e moradia.
- Ampliar políticas de qualificação profissional e empregabilidade para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.
- Garantir formação permanente dos servidores públicos em diversidade sexual e de gênero.
- Ampliar equipamentos e serviços de acolhimento para LGBTQIA+ expulsos de casa ou em situação de rua.
- Combater a violência LGBTfóbica nas escolas e fortalecer políticas de convivência e respeito à diversidade.

Socioeducação

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas precisam de responsabilização, mas também de oportunidades para reconstruir suas trajetórias. A

socioeducação deve garantir direitos, educação, profissionalização, convivência familiar e comunitária e acesso às políticas públicas, conforme o ECA e o SINASE. O novo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo 2026–2036 reforça a necessidade de qualificar e fortalecer essa política.

- Defender uma socioeducação pública, democrática e baseada em direitos humanos, enfrentando qualquer forma de tortura, violência institucional ou tratamento degradante.
- Garantir estrutura adequada, segurança e condições dignas nas unidades socioeducativas.
- Ampliar o acesso à educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e inclusão digital durante o cumprimento das medidas.
- Fortalecer as medidas em meio aberto, evitando a institucionalização e a privação de liberdade sempre que a legislação permitir.
- Fortalecer programas de acompanhamento dos adolescentes antes, durante e depois do cumprimento das medidas, evitando a reincidência.
- Garantir atendimento de saúde física e mental, inclusive atenção especializada para adolescentes em cumprimento de medida.
- Fortalecer o vínculo com famílias e comunidades, com acompanhamento social e políticas de convivência familiar.
- Criar programas de primeiro emprego, aprendizagem e formação profissional para adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.
- Garantir formação continuada para agentes socioeducativos e demais profissionais em direitos humanos, relações raciais, gênero, diversidade sexual, deficiência e proteção integral.
- Ampliar a fiscalização da CLDF sobre as unidades e garantir transparência dos dados e indicadores do sistema socioeducativo.
- Construir uma política de acompanhamento dos jovens após o desligamento, articulando assistência social, educação, saúde, trabalho, cultura e habitação.

Sistema Penitenciário

Defender direitos humanos também significa defender os direitos das pessoas privadas de liberdade. A pena não pode significar a perda da dignidade. O sistema penitenciário precisa cumprir sua função de responsabilização e criar condições concretas para que a pessoa possa reconstruir sua vida após o cumprimento da pena. Defender

condições dignas de encarceramento, com acesso à água, alimentação adequada, higiene, saúde, educação, trabalho e assistência jurídica.

- Garantir a implementação de câmaras corporais nos policiais penais com a central de monitoramento independente da SEAPE.
- Fortalecer a fiscalização da CLDF sobre o sistema penitenciário e atuar no combate à tortura, maus-tratos, violência institucional e violações de direitos.
- Ampliar políticas de educação, alfabetização, formação profissional e acesso ao ensino superior para pessoas privadas de liberdade.
- Garantir trabalho digno, protegido e remunerado, respeitando a legislação trabalhista e os direitos das pessoas presas.
- Criar um Programa Distrital de Atenção aos Egressos do Sistema Prisional, com acesso a documentação, moradia, qualificação, trabalho, saúde e assistência social.
- Combater o estigma contra pessoas egressas do sistema penitenciário e estimular sua contratação por meio de políticas públicas de inclusão produtiva.
- Garantir atendimento específico para mulheres privadas de liberdade, mães, gestantes e pessoas responsáveis por crianças.
- Garantir políticas específicas para pessoas LGBTQIA+ e PCD dentro do sistema.
- Ampliar o acesso à saúde física e mental e fortalecer a articulação entre o sistema penitenciário e o SUS.
- Garantir a manutenção dos vínculos familiares, inclusive por meio de condições dignas para visitas e comunicação.
- Fortalecer políticas de justiça restaurativa, alternativas penais e desencarceramento, respeitando as competências legais e buscando reduzir o encarceramento desnecessário.
- Criar um programa de preparação para a liberdade, iniciado antes da saída do sistema prisional, articulando trabalho, moradia, documentação, saúde e assistência social em articulação com a DPDF.
- Garantir participação social e mecanismos independentes de fiscalização das unidades prisionais.

❖ **CULTURA: Direito à alegria e valorização da cultura popular**

Brasília precisa de uma política cultural que reconheça quem produz cultura todos os dias: artistas, produtores, técnicos, trabalhadores da cultura, coletivos, blocos, escolas de samba, grupos populares, espaços independentes e iniciativas comunitárias. Keka Bagno

defenderá uma cultura descentralizada, democrática, acessível e viva, que fortaleça os estabelecimentos culturais, valorize a cultura popular e faça da alegria também uma política pública.

Queremos um DF onde cultura tenha orçamento, artista tenha direitos, estabelecimento cultural tenha proteção e cada cidade tenha seus próprios espaços de criação, encontro e celebração.

- Fortalecer e ampliar o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), garantindo recursos, previsibilidade, descentralização e editais adequados às diferentes linguagens e territórios.
- Simplificar os mecanismos de acesso aos recursos públicos, especialmente para artistas independentes, coletivos e iniciativas periféricas.
- Criar políticas de apoio e proteção aos estabelecimentos culturais independentes, reconhecendo bares culturais, casas de shows, cinemas, teatros, centros culturais e espaços comunitários como parte da infraestrutura cultural do DF.
- Criar linhas específicas de financiamento para manutenção, adequação, acessibilidade e modernização desses espaços.
- Garantir formação e apoio técnico para produtores e agentes culturais na elaboração de projetos e prestação de contas.
- Descentralizar os investimentos culturais para todas as regiões administrativas.
- Criar uma Câmara Técnica Permanente de Mediação Cultural e Convivência Urbana, envolvendo IBRAM, órgãos de fiscalização, Secretaria de Cultura, estabelecimentos culturais, trabalhadores da cultura, prefeituras de quadra e sociedade civil.
- Estabelecer protocolos de mediação e adequação antes da aplicação de medidas que possam inviabilizar atividades culturais, respeitando a legislação.
- Garantir critérios técnicos, transparentes e proporcionais para fiscalização de ruídos.
- Criar procedimentos específicos para estabelecimentos reconhecidamente culturais e para eventos culturais de interesse público.
- Promover soluções de isolamento acústico, adequação estrutural e convivência com a vizinhança, em vez de simplesmente fechar espaços.
- Defender o direito à cidade com cultura, descanso e convivência, construindo soluções negociadas para os conflitos.
- Criar uma política permanente de valorização do Carnaval do DF, garantindo planejamento, financiamento e infraestrutura com antecedência.

- Fortalecer blocos, escolas de samba, quadrilhas, grupos tradicionais, batalhas de rima, rodas de samba, manifestações populares e culturas periféricas.
- Valorizar os trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do Carnaval.
- Reconhecer o Carnaval como importante atividade cultural, econômica e de geração de trabalho e renda.
- Criar um programa de Cinemas Territoriais, levando salas e espaços de exibição para as RAs.
- Garantir a reabertura do Cine Itapuã, no Gama, patrimônio cultural da cidade que está fechado há anos. Em 2026, foi assinado termo para a reforma do equipamento, reforçando a importância de transformar essa expectativa em realidade.
- Criar uma rede de exibição de filmes produzidos por realizadores do DF.
- Apoiar cineclubes, mostras, festivais e iniciativas audiovisuais comunitárias.
- Criar políticas de formação audiovisual para crianças, adolescentes e jovens das periferias.

❖ **DIREITO À CIDADE: baixar o custo de vida!**

O direito à cidade significa garantir que todas as pessoas possam morar com dignidade, circular livremente, acessar serviços públicos, ocupar os espaços urbanos e viver com segurança. Brasília e suas Regiões Administrativas são marcadas por profundas desigualdades territoriais: enquanto algumas áreas concentram infraestrutura, transporte e equipamentos públicos, outras enfrentam longos deslocamentos, falta de moradia adequada e impactos maiores da crise climática.

Nosso mandato vai defender uma cidade que coloque as pessoas, e não o lucro, no centro do planejamento urbano.

- Tarifa zero já! Estudos da UnB e da CLDF já demonstraram que é possível.
- Ampliar a oferta de ônibus e estender os horários de circulação, garantindo transporte também à noite, nos fins de semana e feriados.
- Garantir linhas que conectam as Regiões Administrativas aos equipamentos de saúde, educação, cultura, trabalho e lazer.
- Ampliar a integração entre ônibus, metrô e BRT.
- Defender a redução do tempo de espera e a melhoria das condições de trabalho de motoristas e trabalhadores do transporte.
- Defender um modelo de transporte público financiado de forma transparente e socialmente justa.

- Ampliar a moradia social em áreas com infraestrutura de serviços públicos e acesso ao transporte.
- Priorizar famílias em situação de pobreza, mulheres chefes de família, população negra, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, idosos.
- Defender o aproveitamento de imóveis públicos e ociosos para habitação social.
- Enfrentar a expulsão das populações tradicionais e empobrecidas pela especulação imobiliária.
- Integrar política habitacional, saneamento, mobilidade, educação, saúde, cultura e assistência social.
- Garantir saneamento básico, água potável, drenagem, coleta e tratamento de esgoto e manejo adequado de resíduos nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS).
- Defender a urbanização e regularização das áreas populares, garantindo infraestrutura sem expulsar quem construiu sua vida nesses territórios.
- Aproveitar imóveis públicos e ociosos para habitação social.
- Combater despejos truculentos e remoções forçadas de famílias pobres, defendendo processos de regularização, mediação e alternativas habitacionais dignas antes de qualquer remoção.
- Garantir participação das comunidades nas decisões que afetem seus territórios.
- Fortalecer a fiscalização sobre empresas concessionárias e permissionárias.
- Garantir transparência sobre contratos, custos, subsídios, itinerários, horários e qualidade do serviço.
- Ampliar a participação popular na definição das políticas de mobilidade.
- Criar mecanismos públicos de acompanhamento dos indicadores de qualidade do transporte.
- Defender punições efetivas para empresas que descumprirem contratos e compromissos com a população.
- Defender a expansão do metrô para regiões ainda não atendidas, principalmente a saída norte.
- Ampliar e qualificar o sistema BRT, com novos corredores e integração com ônibus e metrô.
- Priorizar investimentos nas regiões com maiores desigualdades de acesso ao transporte e articular melhorias na mobilidade da RIDE.
- Implantar infraestrutura segura para pedestres e ciclistas, integrando diferentes formas de deslocamento.
- Planejar a mobilidade considerando o tempo de deslocamento e a vida cotidiana da população.

- Proteção de parques regionais e nacionais.
- Criar Câmara Técnica de Prevenção aos Extremos Climáticos, Proteção do Cerrado e Igualdade Ambiental.
- Investimentos prioritários em infraestrutura urbana nas regiões mais vulnerabilizadas.
- Ampliação da arborização, parques, áreas verdes e espaços de convivência.
- Combate às ilhas de calor e à impermeabilização excessiva do solo.
- Políticas de prevenção e adaptação às mudanças climáticas.
- Proteção das águas, nascentes, cerrado e áreas ambientalmente sensíveis.
- Justiça ambiental como princípio das políticas de planejamento urbano.
- Melhorar a iluminação pública, especialmente em pontos de ônibus, caminhos de pedestres e áreas de grande circulação.
- Garantir transporte público seguro e acessível para mulheres e população LGBTQIA+.
- Criar políticas de comunicação para prevenção e enfrentamento à violência nos espaços públicos.
- Planejar terminais, estações e equipamentos urbanos considerando as necessidades de mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e demais grupos vulnerabilizados.
- Combater o assédio e a violência de gênero no transporte público e nos espaços urbanos.
- Garantir transporte público acessível, seguro e com horários adequados.
- Ampliar calçadas acessíveis, bancos, áreas de descanso, banheiros públicos e espaços de convivência.
- Criar e fortalecer equipamentos públicos de convivência, cultura, esporte e lazer para pessoas idosas.
- Promover cidades acessíveis e amigáveis para todas as idades.
- Combater o isolamento social e fortalecer políticas de convivência comunitária.

❖ **EDUCAÇÃO Escola não é quartel!**

A escola deve ser espaço de aprendizagem, liberdade, convivência, pensamento crítico e formação para a cidadania. Vamos defender uma educação pública que respeite a diversidade e garanta condições para que cada criança e adolescente aprenda e se desenvolva plenamente.

- Defender a ampliação das escolas de educação integral, garantindo jornada ampliada com qualidade.
- Garantir que o tempo integral seja acompanhado de alimentação saudável, atividades de cultura, esporte, lazer, ciência, tecnologia e formação cidadã.
- Lutar pela ampliação da infraestrutura e o número de profissionais necessários para que a educação integral não seja apenas uma extensão da jornada.
- Ampliar a oferta de creches públicas próximas às residências e aos locais de trabalho dos responsáveis.
- Priorizar territórios com maior déficit de vagas e vulnerabilidade social.
- Integrar a política de creches às políticas de transporte, assistência social e trabalho.
- Defender horários que dialoguem com a realidade das famílias trabalhadoras.
- Protocolar o PL Corujão, criando uma política de creches com atendimento noturno para famílias que trabalham, estudam ou precisam de cuidado em horários alternativos. A política de cuidado precisa reconhecer a realidade de quem trabalha à noite, em escalas, nos serviços essenciais e em empregos com jornadas não convencionais.
- Retomar e fortalecer o projeto das Escolas Parque de Anísio Teixeira.
- Garantir acesso à educação artística, cultura, esporte, lazer e formação integral.
- Ampliar a integração entre Escolas Parque e escolas da rede pública.
- Defender a preservação e recuperação de suas estruturas e projetos pedagógicos.
- Ampliação do Edital Realize do Dep. Fábio Felix.
- Fortalecimento da gestão democrática das escolas.
- Valorização de professores, orientadores, equipes pedagógicas e demais profissionais da educação.
- Políticas de convivência e prevenção da violência baseadas em educação, diálogo e direitos humanos.
- Respeito à diversidade racial, religiosa, de gênero, sexual e cultural presente nas escolas.
- Escola não é quartel! Combater o modelo de militarização das escolas, garantindo investimentos em profissionais e políticas educacionais.

❖ **SAÚDE Fim do IGES-DF e valorização do SUS**

A saúde é um direito de todas as pessoas e uma responsabilidade do Estado. Vamos defender um SUS público, universal, gratuito e de qualidade, com profissionais

valorizados, gestão transparente e uma rede capaz de atender as necessidades da população em todas as regiões do DF.

- Defender o fim do modelo de gestão do IGES-DF, com a retomada dos serviços para a gestão direta da Secretaria de Saúde.
- Garantir a realização de concursos e a nomeação de servidores públicos para recompor as equipes.
- Valorizar os trabalhadores do SUS e garantir condições adequadas de trabalho.
- Defender a jornada de 40 horas semanais para quem desejar, respeitando as especificidades das diferentes categorias profissionais e dos serviços de saúde.
- Combater a precarização e a terceirização indiscriminada da força de trabalho.
- Ampliar e fortalecer os CAPS, especialmente CAPS AD e CAPS voltados ao atendimento de crianças e adolescentes.
- Defender o fechamento do HSVP e abertura das residências inclusivas e terapêuticas.
- Expandir a cobertura da RAPS para regiões que ainda não possuem atendimento adequado.
- Defender serviços de acolhimento e cuidado em liberdade, articulados com a atenção básica, assistência social e demais políticas públicas.
- Combater a lógica de internação como resposta prioritária ao sofrimento psíquico e ao uso problemático de álcool e outras drogas.
- Combater a destinação de recursos públicos para comunidades terapêuticas que reproduzam práticas de isolamento, violação de direitos ou ausência de cuidado baseado na política de saúde mental.
- Garantir atendimento integral e humanizado à população LGBTQIA+ em toda a rede pública.
- Capacitar profissionais para o atendimento adequado às especificidades da população LGBTQIA+
- Ampliar o acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento em saúde sexual e reprodutiva.
- Garantir respeito ao nome social e à identidade de gênero em todos os serviços.
- Fortalecer políticas específicas para pessoas trans e travestis, incluindo acesso à saúde integral e aos processos de afirmação de gênero previstos no SUS.
- Ampliar a transparência sobre contratos, compras, convênios, terceirizações e execução orçamentária da saúde.
- Fortalecer o controle social e a participação dos usuários e trabalhadores nos espaços de decisão.

- Garantir publicidade dos indicadores de atendimento, filas, falta de profissionais, medicamentos e insumos.
- Defender mecanismos de fiscalização que permitam à população acompanhar onde e como os recursos do SUS estão sendo utilizados.

❖ **ASSISTÊNCIA SOCIAL enfrentar a precarização**

Contra a precarização, pela ampliação da rede e por uma assistência social pública, presente e acolhedora.

A assistência social é um direito e deve ser garantida pelo Estado, com serviços públicos estruturados, profissionais valorizados e atendimento humanizado. Nosso compromisso é fortalecer o SUAS no Distrito Federal, ampliar a rede e combater políticas que criminalizam a pobreza e as pessoas em situação de rua.

- Abrir novos Centros POP, ampliando a cobertura territorial e garantindo atendimento digno à população em situação de rua.
- Ampliar CRAS, CREAS e COSE, especialmente nas regiões com maior demanda e vulnerabilidade social.
- Fortalecer a Central de Vagas para acolhimento, garantindo transparência, agilidade e critérios públicos para o acesso às vagas.
- Criar e ampliar abrigos para famílias, evitando que mães, pais, crianças e demais integrantes sejam separados pela ausência de alternativas de acolhimento.
- Criar acolhimento específico e seguro para a população LGBTQIA+, especialmente para pessoas expulsas de casa ou em situação de vulnerabilidade.
- Garantir estrutura adequada, acessibilidade e equipes suficientes nos serviços da assistência social.
- Campanhas públicas de conscientização sobre aporofobia e direitos humanos.
- Formação dos servidores públicos para atendimento sem discriminação.
- Combate às práticas higienistas, repressivas e de expulsão da população pobre dos espaços públicos.
- Defesa do direito de todas as pessoas à cidade, à convivência e ao acesso às políticas públicas.
- Criar e ampliar equipes de abordagem social de rua formadas por servidores públicos, com formação específica e atuação humanizada.
- Garantir equipes multidisciplinares e presença territorial permanente.

- Integrar a abordagem social com saúde, habitação, trabalho, segurança alimentar e demais políticas públicas.
- Substituir a lógica de retirada e repressão pela lógica de vínculo, cuidado e garantia de direitos.
- Fortalecer a integração entre assistência social e saúde.
- Ampliar e fortalecer as equipes do Consultório na Rua, com atuação articulada às equipes da assistência.
- Construir fluxos permanentes entre Centros POP, CRAS, CREAS, CAPS, unidades básicas de saúde e demais serviços.
- Garantir que o atendimento considere as necessidades de saúde física e mental sem transformar sofrimento e pobreza em caso de polícia.
- Realizar concursos públicos e nomeações para recompor as equipes.
- Enfrentar a precarização e a terceirização dos serviços.
- Garantir condições adequadas de trabalho e estrutura para os profissionais.
- Defender a jornada de 7 horas para os servidores, conforme a organização e regulamentação da carreira.
- Defender a jornada de 30 horas para assistentes sociais e psicólogos, respeitando a legislação e as especificidades das categorias.
- Garantir formação continuada e valorização dos trabalhadores do SUAS.
- Mais unidades e equipes nos territórios.
- Fortalecimento da proteção social básica e especial.
- Ampliação das ações de convivência e fortalecimento de vínculos.
- Atendimento especializado para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e famílias em situação de vulnerabilidade.

❖ **DIREITO DOS ANIMAIS** Direito à vida não é só para humanos

Proteção animal é política pública, e quem dedica a vida ao cuidado também precisa ser cuidado.

A proteção dos animais precisa deixar de depender exclusivamente do esforço voluntário da sociedade. No DF, milhares de animais são acolhidos e cuidados por protetoras e protetores que, muitas vezes, assumem sozinhos uma responsabilidade que também é do poder público.

Vamos construir uma política de proteção animal permanente, pública e integrada, reconhecendo especialmente o papel das mulheres protetoras, que são maioria nessa rede de cuidado.

O vínculo entre uma pessoa e seu animal também é vínculo de afeto, cuidado e família. Vamos defender a criação de abrigos e estruturas de acolhimento que permitam a permanência conjunta de pessoas em situação de rua e seus animais, garantindo alimentação, cuidados veterinários e proteção. Nenhuma política de assistência deve obrigar uma pessoa a escolher entre ter onde dormir e permanecer com seu companheiro de quatro patas.

Defenderemos a implantação de um crematório público veterinário, garantindo um destino digno aos animais e oferecendo uma alternativa acessível às famílias de baixa renda e às protetoras.

- Criar políticas de apoio e proteção às protetoras de animais, reconhecendo o trabalho social realizado por elas.
- Priorizar a castração gratuita dos animais acolhidos por protetoras, reduzindo a superpopulação e o abandono.
- Destinar emendas parlamentares para programas permanentes de castração, atendimento veterinário e proteção animal.
- Criar mecanismos de cadastro e identificação das protetoras para facilitar o acesso às políticas públicas.
- Garantir atendimento psicossocial para protetores e protetoras em situação de vulnerabilidade social, reconhecendo a sobrecarga física, emocional e financeira provocada pelo acolhimento permanente de animais.
- Defender a implantação de um segundo Hospital Público Veterinário no DF, na região da Saída Norte, ampliando o acesso ao atendimento gratuito.
- Fortalecer e ampliar os serviços públicos veterinários existentes.
- Ampliar consultas, exames, cirurgias, vacinação, tratamento e atendimento emergencial para animais de famílias de baixa renda.
- Criar políticas permanentes de prevenção de zoonoses e promoção da saúde animal.
- Ampliar o Cartão Ração, aumentando sua cobertura e garantindo que mais famílias em situação de vulnerabilidade possam manter seus animais com alimentação adequada.
- Priorizar famílias de baixa renda, protetoras cadastradas e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

❖ **SERVIÇO PÚBLICO Valorização dos servidores e combate às privatizações e aos poderosos**

O serviço público está sendo precarizado enquanto bilhões de reais circulam em contratos, terceirizações e modelos de gestão que afastam a população do controle sobre aquilo que é seu por direito.

Quando faltam profissionais nas escolas, nos hospitais, nos CRAS, nos CREAS e nos demais serviços, o discurso da “ineficiência do Estado” aparece para vender a solução privada.

Nós vamos romper com essa lógica.

Defenderemos um DF que tenha capacidade de planejar, executar e garantir diretamente as políticas públicas.

- Combater a privatização e a terceirização dos serviços públicos essenciais.
- Defender a gestão pública direta como prioridade nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, transporte e demais direitos sociais.
- Combater privatizações, concessões, organizações sociais, contratos e modelos de gestão que substituam a responsabilidade permanente do Estado.
- Defender a retomada para a gestão pública dos serviços que foram privatizados ou terceirizados de forma prejudicial à população.
- Reestatização da Saúde, CAESB, CEB e Rodoviária do Plano Piloto.
- Impedir que recursos privados sejam utilizados para substituir investimentos estruturantes na rede pública.

Não existe SUS sem trabalhador. Não existe escola sem professor. Não existe SUAS sem servidor.

Por isso, vamos defender:

- Concursos públicos e nomeação imediata onde houver déficit de profissionais.
- Recomposição das equipes e fortalecimento das carreiras.
- Valorização salarial e condições dignas de trabalho.
- Combater a precarização das relações de trabalho e a terceirização como substituição permanente de servidores.
- Combate à precarização, ao assédio e à sobrecarga dos servidores.
- Redução da dependência de contratos temporários e terceirizações.

- Garantir condições adequadas de trabalho, formação continuada, saúde do trabalhador e valorização profissional.
- Defender jornadas de trabalho que respeitem os direitos das categorias e as necessidades dos serviços
- Defesa das 30 horas para assistentes sociais e psicólogos e das jornadas que garantam qualidade de vida e qualidade do serviço.
- Garantir que a população seja atendida por equipes estáveis, qualificadas e comprometidas com o interesse público.

Queremos transparência radical sobre todo recurso público destinado a empresas, organizações sociais, terceirizadas e concessionárias.

- Publicizar contratos, aditivos, valores, metas e resultados.
- Fortalecer o controle social e a fiscalização pela população e pelos trabalhadores.
- Avaliar o custo real das terceirizações, incluindo seus impactos sobre a qualidade dos serviços e as condições de trabalho.
- Priorizar investimento na estrutura permanente do Estado.

O governo de Ibaneis e Celina destruiu o BRB e deixou a conta para o povo pagar. Enquanto os responsáveis pelo rombo seguem impunes, quem vai sofrer vão ser os investimentos sociais e os serviços públicos. Mas não vamos permitir.

- CPI do BRB/Master para responsabilizar quem destruiu nosso banco público
- Acabar com as isenções fiscais bilionárias dadas a quem já tem muito, e redirecionar esse dinheiro para saúde, educação e moradia popular.
- O povo não vai pagar essa crise: enfrentamento ao ajuste fiscal que querem implementar por 15 anos

Defenderemos o fim do IGES-DF e a retomada da gestão direta dos serviços de saúde.

Mais servidores, mais investimento na rede pública e menos dinheiro público transferido para modelos privados de gestão.

A resposta para os problemas da educação não é privatização, terceirização ou militarização.

É mais professores, mais profissionais da educação, mais estrutura, mais democracia e mais investimento público.

Não aceitaremos a precarização da assistência social como justificativa para entregar a proteção social à iniciativa privada.

Defenderemos um sistema de transporte público, acessível, transparente e sob controle social, com ampliação da oferta e construção do caminho para a tarifa zero.

Equipamentos culturais públicos, servidores, políticas permanentes e financiamento público são fundamentais para garantir o direito à cultura.

A cultura não pode sobreviver apenas de editais episódicos ou ficar subordinada à lógica do mercado.

A disputa é simples:

ou o Estado garante direitos, ou o mercado transforma direitos em mercadorias.

Nós escolhemos o lado do povo.